

**ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HIDRICOS – CEHIDRO.**

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, às 09h 22min no Auditório do Memorial da Água, ocorreu a 17ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Aprovação da ATA da 9ª Reunião Extraordinária do CEHIDRO; Informes; Apreciação do Voto do Relator e votação do processo nº 139354/2008; Apreciação da Minuta da Resolução nº 22, que institui o calendário de reuniões para o ano de 2009; Apreciação da Minuta da Resolução nº 23, que institui a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas; Apreciação da Minuta da Resolução nº 24, que trata da alteração dos §1º e 2º do Art. 6º da Resolução nº 12 de 06 de junho de 2007; Assuntos Gerais. A reunião foi presidida pelo Secretário Executivo do CEHIDRO o Senhor Luiz Henrique Magalhães Noquelli, assessorado pela Sra. Sibelle Jakobi, Secretária do CEHIDRO, e registrou a presença dos seguintes Conselheiros: Sr. Juracy de Ozeda Ala Filho, representante da SEPLAN; Sr. Geraldo Donizeti Lúcio, representante da SEDTUR; Sra. Telma Luzia Monteiro e Sra. Vera Lúcia Dias Lopes, representantes da SES; Sr. José do Carmo Ferraz Filho, representante da SICME; Sra. Edenir Maria Serigatto, representante da UNEMAT; Sr. Alexandre Silveira, representante da UFMT; Sra. Cínthia Barroca de Castro, representante do IBAMA; Sr. Renato Blat Migliorini, representante da ABAS; Sra. Ildisneya Velasco Dambros, representantes da SANECAP; Sr. Caetano Henrique Grossi, representante das Usinas Itamarati; Sra. Maria Dilcéia Barbosa, representante do INSTITUTO CREATIO; Sra. Natanny Elida de Oliveira Melo, representante da RAEONG's. O Secretário Executivo iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e colocando aos conselheiros que esta reunião do CEHIDRO terá o seu áudio gravado, de forma a facilitar a confecção da ata e garantir um registro da discussão e decisões, conforme foi sugerido na última reunião. Em seguida colocou em apreciação a Ata da 9ª Reunião Extraordinária do CEHIDRO, solicitando aos conselheiros que se manifestassem quanto a alterações necessárias, ninguém se manifestando a ata foi posta em votação e aprovada por unanimidade. Dando continuidade a pauta, informou aos conselheiros que não esteve presente na última reunião devido a estar participando do Fórum Nacional de Órgãos Gestores, fórum este organizado de forma a fortalecer politicamente a gestão das águas. Durante a última reunião do Fórum, ficou decidido que será publicado um livro sobre a gestão das águas no Brasil, onde todos os Estados serão mencionados, sendo cada um responsável por redigir o texto correspondente, solicitando aos conselheiros apoio para

isto, através do envio de dados que os mesmos considerem importante constarem no livro. Colocou a seguir aos conselheiros que foi publicado no Diário Oficial do Estado do dia 02 de outubro de 2008 o Decreto nº 1.609, que cria a Comissão Estadual do Plano Nacional de Prevenção , Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos – CE – P2R2 e que segundo o mesmo o CEHIDRO deve indicar um representante para integrar esta Comissão. A conselheira Telma Monteiro questionou se era necessário que a indicação fosse feita neste momento, sendo respondida pelo Secretário Executivo que sim. A conselheira Telma Monteiro Indicou a SES para integrar a comissão e o conselheiro Caetano Grossi indicou as Usinas Itamarati. O Secretario executivo ponderou que são necessárias duas indicações de representantes do CEHIDRO, uma delas para o CE-P2R2 e a outra para integrar o Grupo Técnico para a elaboração de proposta de um Projeto de Lei de Uso e Conservação do Solo para o Estado de Mato Grosso, criado através do Decreto nº 1.621 de 08 de outubro de 2008. O Secretario Executivo questionou aos conselheiros se alguma entidade se candidata a ser a representante do CEHIDRO no Grupo Técnico para a elaboração um Projeto de Lei de Uso e Conservação do Solo, sendo respondido pelo conselheiro Renato Migliorini que a ABAS gostaria de integrar o mesmo. O Secretario Executivo colocou aos conselheiros que para integrar o CE-P2R2 existem dois candidatos, sendo colocado pelo conselheiro Caetano Grossi que as Usinas Itamarati retiravam sua candidatura para ser o representante do CEHIDRO no CE-P2R2. O Secretario executivo colocou aos conselheiros que fica a SES como indicada pelo CEHIDRO para integrar o CE-P2R2 e a ABAS como indicada pelo CEHIDRO para integrar o no Grupo Técnico para a elaboração um Projeto de Lei de Uso e Conservação do Solo. Dando continuidade aos informes o Secretario Executivo colocou aos conselheiros que a Sra. Maria Dilecia Barbosa substituirá conselheiro Dionei José da Silva como suplente do Instituto CREATIO. Lembrou aos conselheiros que em reuniões anteriores foi discutida a proibição da captação de água na Lagoa Paiaguas sendo encaminhada ao Secretário a Moção nº 06, solicitando esta proibição. Colocou aos conselheiros que o Secretário solicitou que a SURH, em conjunto com a SMIA fizessem um estudo para verificar a necessidade de se implementar esta proibição, o qual demonstrou preliminarmente que entre o período de chuvas e o período de seca a lagoa sofreu uma redução de 23% no seu volume. Destacou que o estudo esta sendo realizado, em conjunto com a UFMT, e assim que o mesmo for concluído se dará os andamentos necessários, conforme as conclusões do mesmo. Danço continuidade, colocou aos conselheiros que encontra-se disponível aos

69 mesmos folder sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, destacando que é uma
70 forma de divulgação do conselho, especialmente para leigos e que o mesmo possui
71 informações importantes sobre o CEHIDRO. Dando continuidade à pauta, colocou aos
72 conselheiros que seria apreciado a solicitação de outorga constante no Processo nº
73 139354/2008 e passou a palavra à conselheira Telma Monteiro, relatora do processo,
74 para que a mesma apresentasse o seu voto. A conselheira Telma Monteiro iniciou
75 colocando aos conselheiros que inicialmente foi favorável à concessão da outorga
76 solicitada, entretanto após analisar o processo e reunir-se com a técnica responsável pelo
77 processo, Sra. Ariane Rodrigues, e a Gerente de Outorga, Sra. Ellen Pantoja, posicionou-
78 se contrariamente ao pedido. Colocou que a captação solicitada corresponde a 29% da
79 Q95, destacando que após dois quilômetros do ponto de captação se tem um contribuinte,
80 o que faz com que a vazão solicitada corresponda a 12% da Q95 neste ponto, mas que
81 os dois quilômetros entre estes pontos ficam com a vazão comprometida, pois é mais que
82 os 20% da Q95 permitidos pela Resolução nº 12. Complementou colocando que
83 posicionou-se contrariamente também por receio de abrir um precedente no CEHIDRO, o
84 que poderia dificultar decisões posteriores do mesmo. Colocou ainda que a técnica
85 responsável apresenta várias condicionantes para a concessão, dentre elas a redução do
86 volume solicitado que a mesma recalculou, destacando que não é costume que se libere
87 uma vazão menor ou maior que a solicitada, mas que o melhor tecnicamente seria
88 solicitar que o proprietário recalcule, de forma a se adequar à Resolução nº 12. O
89 Secretário Executivo passou a palavra à Sra. Ariane Rodrigues, Analista de Meio
90 Ambiente e técnica responsável pela análise do processo. A Sra. Ariane Rodrigues
91 colocou aos conselheiros que, como já citado pela conselheira Telma Monteiro, a vazão
92 solicitada é de 29% da Q95, entretanto apenas dois quilômetros depois do ponto de
93 captação se tem um contribuinte o que faz com que a vazão solicitada passa a
94 corresponder a 12% da Q95 e na foz do rio em questão esta vazão corresponderia a 3%
95 da Q95, destacando que nos dois quilômetros entre a captação e a entrada do
96 contribuinte não existe nenhum empreendimento, ponderando que para se ter a mudança
97 do ponto de captação, uma vez que o mesmo já encontra-se instalado se teria um
98 impacto significativo. Colocou ainda que o valor foi calculado usando a Planilha para a
99 Determinação das Necessidades Mensais de Água para Irrigação, da ANA, a qual leva
100 em consideração a real necessidade das culturas. O Secretário Executivo questionou se
101 no processo é citado o proprietário dos dois quilômetros intermediários, sendo respondido
102 pela Sra. Ariane Rodrigues que este dado não é citado. A Sra. Ariane Rodrigues

103 apresentou aos conselheiros um imagem de satélite da área, demonstrando a localização
104 da bacia de contribuição do ponto de captação, o ponto de captação e o local de entrada
105 do contribuinte. O Secretário Executivo questionou se a área marcada em vermelho seria
106 a propriedade, sendo respondido pela Sra. Arianne Rodrigues que é a bacia de
107 contribuição. O Secretário Executivo ponderou que pela imagem pode-se inferir que os
108 dois quilômetros entre o local de captação e a entrada do contribuinte ficam na divisa
109 entre a propriedade solicitante e a propriedade vizinha. A Sra. Arianne Rodrigues ponderou
110 que o proprietário, extra oficialmente, manifestou o desejo de desativar os pivôs em um
111 período próximo. O conselheiro Alexandre Silveira colocou que este processo foi
112 encaminhado ao CEHIDRO por ultrapassar o limite de 20% da Q95 de captação
113 individual, questionando o motivo da SEMA recalcular a quantidade de água que o
114 empreendedor necessita, sendo respondido pelo Secretário Executivo que é função do
115 Estado calcular a demanda necessária ao empreendimento, pois esta é a função do
116 documento outorga, permitir a captação de água de acordo com as necessidades de cada
117 empreendimento. O conselheiro Alexandre Silveira ponderou que o empreendedor pode
118 utilizar muito mais do que o solicitado, complementando que deve se ter cuidado ao negar
119 uma solicitação, pois ele irá continuar captando, mas deve-se levar em consideração
120 também que estes dois quilômetros ficarão prejudicados em virtude da redução da Q95.
121 Complementou colocando que não acredita que a mudança do local de captação cause
122 grandes dificuldades ao empreendedor, pois seriam somente dois quilômetros de
123 tubulação. O Secretário Executivo colocou que a técnica se posicionou favoravelmente a
124 concessão porque levou em consideração o dano ambiental que seria causado pela
125 retirada do equipamento de um local e instalado em outro, mas compete ao CEHIDRO
126 definir se deve conceder ou não a outorga. A conselheira Cíntia de Castro ponderou que
127 não é função da SEMA fazer a análise econômica deste deslocamento, sendo respondido
128 pela Sra. Arianne Rodrigues que o dano que foi levado em consideração nesta análise é o
129 dano ambiental e não o econômico, destacando que o a região é de cerrado e apresenta
130 um solo arenoso, e a captação que se encontra instalada no local da solicitação já teve
131 seu dano estabilizado. A conselheira Vera Lopes ponderou que deve-se levar em
132 consideração que o processo veio ao CEHIDRO por ultrapassar o limite individual, sabe-
133 se que ele encontra-se a dois quilômetros da entrada de um contribuinte, mas deve-se
134 tomar cuidado para não abrir precedentes que possam causar dificuldades aos
135 conselheiros em decisões futuras. O conselheiro Alexandre Silveira colocou que o
136 CEHIDRO não deve ser um inibidor de desenvolvimento, mas o limite outorgável no

137 Estado já é alto em comparação aos demais. Ponderou que tendo em vista a situação
138 atual, o CEHIDRO deve seguir o voto da relatora, pois hoje não se tem outro usuário mas
139 isto pode ocorrer no futuro. Colocou ainda que existem duas opções viáveis, que seria
140 captar no local de entrada do contribuinte ou limitar a captação no ponto, questionando ao
141 Secretário Executivo como seria feita a fiscalização do volume captado caso adote esta
142 última opção. O Secretário Executivo colocou que a SEMA não tem interesse na
143 concessão ou não da outorga, mas que tem a obrigação de apresentar todos os fatos
144 para que o CEHIDRO tome uma decisão de forma embasada. Colocou ainda que
145 atualmente a fiscalização é feita através de denúncias, não existindo uma fiscalização
146 mais pontual. O conselheiro Alexandre Silveira colocou que uma opção para a
147 fiscalização seria solicitar a instalação de réguas, que seriam controladas pelo
148 empreendedor e as leituras enviadas a SEMA. O Secretário Executivo respondeu que a
149 solicitação de instalação de réguas pelo empreendedor já foi discutida no CEHIDRO na
150 questão do licenciamento de processos de irrigação e foi retirada esta exigência da
151 Resolução que trata do licenciamento por ser um expediente que não funciona, sendo
152 complementado pela Sra. Ariane Rodrigues que a portaria de concessão da outorga exige
153 que o empreendedor instale no ponto um medidor de vazão e envie à SEMA as medidas.
154 O Secretário Executivo colocou que quanto à fiscalização vai ocorrer quando tivermos
155 uma quantidade significativa de usuários em nosso banco de dados, para ser viável fazer
156 a relação entre disponibilidade e demanda. A conselheira Cinthia de Castro ponderou que
157 em casos onde não se tem o conhecimento deve se aplicar o princípio da precaução, de
158 forma a evitar se autorizar sem que se tenha um conhecimento sobre a situação no local,
159 sendo colocado pelo Secretário Executivo que não se pode esperar se ter todas as
160 informações para se iniciar a concessão de outorgas, destacando que é função da SURH
161 garantir que as outorgas concedidas não causem danos. A conselheira Telma Monteiro
162 solicitou que fosse alterado o seu voto, trocando-se no voto final a palavra “dissonância”
163 pela palavra “desacordo”, o que foi feito. O conselheiro José Ferraz questionou à
164 Secretaria Executiva se é possível ser colocado como condicionante a desmontagem da
165 bomba reserva, sendo respondido pela Secretaria do CEHIDRO que a Plenária pode
166 colocar a condicionante que achar necessária. A conselheira Telma Monteiro ponderou
167 que a função de apresentar opções é do empreendedor e que o conselho deve se limitar
168 a negar ou conceder a solicitação, ao que o conselheiro José Ferraz colocou que apenas
169 questionou a possibilidade de se colocar condicionantes. O Secretário Executivo pôs em
170 votação e acompanharam o voto da relatora a ABAS, IBAMA, RAEONG's, SANECAP,

171 SEDER, SEDTUR, SEPLAN, SICME, UFMT e UNEMAT e votou contra o voto da relatora
172 as Usinas ITAMARATI, sendo aprovado por maioria a negativa da concessão de outorga
173 solicitada no Processo nº 139354/2008. O Secretário executivo, dando continuidade à
174 pauta, colocou para a apreciação da Plenária a Minuta de Resolução nº 22, que
175 estabelece o calendário de reuniões para o ano de 2009. A Secretaria do CEHIDRO
176 colocou aos conselheiros que as reuniões continuariam a ser realizadas nas segundas
177 quinta feiras dos meses ímpares, com exceção de janeiro, quando seria realizada na
178 última quinta feira em virtude do período de férias. O Secretário Executivo colocou em
179 votação e a Resolução nº 22 foi aprovada por unanimidade. O Sr. Flavio Peixoto solicitou
180 a palavra e colocou aos conselheiros que estava participando da reunião como
181 representante da SEDER e que irá assumir a suplência desta entidade, entretanto isto
182 ainda não foi oficializado. O Secretario Executivo deu as boas vindas ao novo membro e
183 passou para o próximo item da pauta, colocando para apreciação dos conselheiros a
184 Minuta de Resolução nº23, que institui a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas,
185 colocando que esta foi uma solicitação da Câmara Técnica de águas Subterrâneas do
186 Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH e passou a palavra ao Sr. Nédio Carlos
187 Pinheiro, Coordenador de Controle Hídricos e representante do CEHIDRO nesta Câmara.
188 O Sr. Nédio Pinheiro colocou que além da sugestão de criação desta Câmara Técnica de
189 Águas Subterrâneas pelo CNRH, a mesma terá diversas outras demandas estaduais,
190 como a implementação da outorga de águas subterrâneas no estado prevista para 2009 e
191 diversos problemas que o estado apresenta, principalmente poluição e desperdício,
192 destacando que a União irá auxiliar o Estado na gestão das águas subterrâneas. O
193 Secretário Executivo ponderou que as águas subterrâneas são de domínio estadual, por
194 isso a necessidade de se implementar a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas,
195 colocando ainda que o CEHIDRO enviou ao CNRH a solicitação de continuar atuando na
196 Câmara Técnica de Águas Subterrâneas do CNRH e solicitou uma cadeira na Câmara
197 Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladores -
198 CTPOAR. Destacou ainda que a criação da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas é
199 importante pois a SEMA está desenvolvendo vários trabalhos na área, com a capacitação
200 dos técnicos para lidar com água subterrânea, inserção de dados no SIAGAS,
201 participação no Aquífero Guarani, colocando que a SEMA esta buscando informações e a
202 da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas é fundamental para nivelar o conhecimento
203 que esta sendo adquirido. O Secretário Executivo colocou a Resolução nº 23 em votação
204 e a mesma foi aprovada por unanimidade. Em seguida o Secretario Executivo colocou

205 aos conselheiros que é necessária a definição de sete instituições para integrar a da
206 Câmara Técnica de águas Subterrâneas e questionou quais instituições gostariam fazer
207 parte. As instituições SEMA, SES, ABAS, UFMT, IBAMA, Instituto CREATIO e a
208 SANECAP se manifestaram e foram aprovadas como membros da Câmara Técnica de
209 águas Subterrâneas. O conselheiro Alexandre Silveira questionou se somente os
210 conselheiros podem participar, sendo respondido pela Secretária do CEHIDRO que as
211 instituições podem indicar os integrantes, não necessariamente só os conselheiros,
212 complementando que a Câmara Técnica tem autonomia para convidar pessoas a
213 participar das reuniões, sempre que achar necessário. O conselheiro Renato Migliorini
214 ponderou que não tem nenhum representante da iniciativa privada na Câmara Técnica,
215 sendo ponderado pelo Secretário Executivo que realmente não é o ideal, mas as
216 instituições têm que se interessar em participar. O Sr. Joilson Silva ponderou que o ideal
217 seria ter representantes da iniciativa privada, governo e instituições de ensino, sendo
218 colocado pelo Sr. Nédio Pinheiro que pessoas que se interessem podem participar da
219 reunião, mas não tendo direito a voto, ao que o Secretário Executivo complementou que
220 uma boa argumentação pode direcionar a votação, muito mais do que se somente um
221 voto. O Secretário Executivo colocou aos conselheiros que já existem demandas para a
222 Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, uma delas sendo a apreciação de uma minuta
223 de resolução tratando da regulamentação do hidrotermalismo jorrante no Estado e outra
224 relacionada a contaminação dos aquíferos. Colocou aos conselheiros que sobre a
225 contaminação convidou o Sr. Joilson Silva, representante da Lógica Consultoria, para
226 repetir para a Plenária do CEHIDRO a apresentação que fez no 8º Seminário Estadual de
227 Recursos Hídricos sobre esse tema. O Sr. Joilson Silva iniciou a sua apresentação
228 colocando aos conselheiros a Lei nº 8.097, que trata da administração e conservação das
229 águas subterrâneas no estado, destacando as dificuldades encontradas para se perfurar
230 um poço de acordo com a mesma e que a perfuração de um poço mais raso possui taxas
231 mais baixas que um mais profundo. Em seguida apresentou os principais riscos da
232 construção incorreta de poços e encerrou sua apresentação sugerindo formas de se evitar
233 a contaminação dos aquíferos. O Secretário Executivo abriu para questionamentos e a
234 conselheira Telma Monteiro parabenizou o Sr. Joilson Silva pelo trabalho e questionou se
235 o mesmo possui algum trabalho efetivo de levantamento destes poços rasos, ao que o
236 mesmo respondeu que os dados apresentados são da empresa que representa e devido
237 a este fato não é possível os mesmos serem liberados, a não ser para análises
238 estatísticas. O Secretário Executivo colocou que o problema em relação a captação de

239 água em poço. Em seguida, o Secretario Executivo colocou para a apreciação a Minuta
240 de Resolução n° 24, que altera os §§ 1° e 2° do Art. 6° da Resolução n° 12, destacando
241 aos conselheiros que estas alterações propostas já tinham sido discutidas na última
242 reunião mas não foram aprovadas por ainda apresentarem dubiedade, e que a SEMA
243 esta elaborando uma nova resolução, que incluirá tanto outorga de captação quanto de
244 diluição de efluentes, colocando que a Secretária do CEHIDRO tem participado das
245 reuniões e pode dar maiores explicações. A Secretária do CEHIDRO colocou aos
246 conselheiros que a resolução encontra-se em fase de elaboração, destacando que a
247 primeira questão abordada nas reuniões foi o uso considerado insignificante, sendo
248 elaborada uma fórmula para calcular o mesmo, a qual leva em consideração a Q95 do
249 manancial de captação e que foi enviada ao hidrólogo da ANA para verificar sua
250 aplicabilidade. Colocou ainda que nas próximas reuniões deve ser discutida a questão da
251 diluição de efluentes e que na próxima reunião já deverá ser apresentada a Minuta
252 finalizada da mesma para apreciação e discussão na Plenária. O Secretario Executivo
253 ponderou que é importante se ter essa discussão, pois uma resolução é uma forma de se
254 resguardar o técnico da SEMA, já que ele vincula as suas posições a uma legislação.
255 Nada mais havendo a declarar o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e
256 encerrou a reunião às 10h 49min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavei esta ATA
257 que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de
258 Recursos Hídricos – CEHIDRO.

259
260
261
262 **LUIS HENRIQUE C. DALDEGAN**
263 Presidente do CEHIDRO

261
262 **LUIZ HENRIQUE M. NOQUELLI**
263 Secretário Executivo do CEHIDRO

264
265 ** Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 05/02/2009.*

266 *** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*